

INFLUÊNCIAS DO ULTRANEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

FRANCIELI PIVA BORSATO

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

francieli.borsato@gmail.com

CÉZAR STEINHORST

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

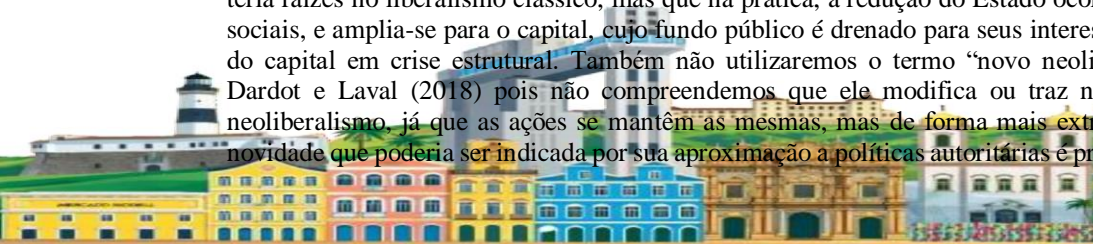
cezar.steinhorst@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, o sistema de educação superior brasileiro tem apresentado mudanças relevantes em sua dinâmica de acesso. Entretanto, com a descontinuidade do Reuni, observa-se, de um lado, a rápida expansão da educação a distância no setor privado e, de outro, a redução do ingresso nas universidades federais, mesmo em um contexto de ampliação discreta da oferta de vagas nessas instituições. Essas transformações ocorrem em meio ao aprofundamento de uma agenda ultraneoliberal¹ no País, marcada pela intensificação de políticas de austeridade fiscal, pela reconfiguração do papel do Estado no financiamento das políticas sociais e por ofensivas político-ideológicas dirigidas a instituições públicas estratégicas.

Diante desse contexto, este resumo ampliado, tem como objetivo analisar de que maneira a agenda ultraneoliberal reconfigurou as políticas de acesso à educação superior brasileira, especialmente no que se refere à relação entre a expansão do setor privado e as

¹ Há várias denominações para representar a intensificação do neoliberalismo, dentre elas observa-se o emprego de ultraliberalismo por Paulani (2021), “novo neoliberalismo” para Dardot e Laval (2018) ou ultraneoliberalismo para Behring (2022). Não utilizaremos o termo ultraliberalismo por compreender que teria raízes no liberalismo clássico, mas que na prática, a redução do Estado ocorre apenas para os gastos sociais, e amplia-se para o capital, cujo fundo público é drenado para seus interesses e para a recuperação do capital em crise estrutural. Também não utilizaremos o termo “novo neoliberalismo” cunhado por Dardot e Laval (2018) pois não compreendemos que ele modifica ou traz novidades em relação ao neoliberalismo, já que as ações se mantêm as mesmas, mas de forma mais extrema, por isso optamos por a novidade que poderia ser indicada por sua aproximação a políticas autoritárias e própria de sua plasticidade.



mudanças no ingresso nas universidades federais no período de 2016 e 2022. Para isso, este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários provenientes do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), buscando identificar tendências recentes no acesso ao ensino superior no país.

DESENVOLVIMENTO

O ultraneoliberalismo pode ser compreendido como uma radicalização das diretrizes neoliberais no contexto da crise estrutural do capitalismo contemporâneo, particularmente evidenciada após a crise financeira global de 2007/2008. Diante das dificuldades de recomposição da acumulação capitalista, os Estados passaram a intensificar políticas de austeridade fiscal, privatizações, desregulamentação econômica e flexibilização das relações de trabalho e ambientais, ampliando os mecanismos de maior lucratividade e de apropriação do fundo público pelo capital financeiro. Nesse cenário, a austeridade passou a ser apresentada como principal solução para o equilíbrio das contas públicas, ainda que seus efeitos concretos impliquem redução de investimentos sociais, aumento das desigualdades e transferência dos custos da crise para os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

No Brasil, a consolidação dessa agenda ocorreu sobretudo a partir da crise política que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e adoção de medidas centrais do programa ultraneoliberal, como a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 — que estabeleceu o teto de gastos por vinte anos —, reformas trabalhistas e ambientais e iniciativas de ampliação das privatizações e de intensificação de abertura ao capital privado.

Outra característica do ultraneoliberalismo, próprio da plasticidade do neoliberalismo (Dardot e Laval, 2019) é sua capacidade de articular-se com projetos políticos autoritários e conservadores. No caso brasileiro, essa direção da política econômica ocorreu por meio de um “estranho casamento não monogâmico entre grupos fascistas, militares nostálgicos da tortura e da ditadura empresarial-militar, teologias da prosperidade e grandes empresários da religião” (Fontes, 2020, p.14). Essa relação culminou em forte ofensiva ideológica e cultural contra instituições públicas estratégicas,



especialmente durante o governo Bolsonaro (2019–2022), contribuindo para legitimar políticas de austeridade e para enfraquecer instituições como as universidades públicas, que têm um papel importante para a secularização da vida.

Os efeitos mais diretos do ultraneoliberalismo brasileiro (que se coaduna com o ultraconservadorismo) às políticas de acesso à educação superior brasileira resumem-se à ampliação do ingresso no ensino superior privado, sobretudo, na modalidade à distância e à diminuição do acesso às instituições públicas de educação superior, causando enfraquecimento tanto simbólico como material do ensino superior público. No estímulo à privatização do acesso à educação superior, a lógica da austeridade fiscal enxugou recursos do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e Prouni (Programa Universidade para Todos), diminuindo o acesso a cursos presenciais privados. Os recursos empregados no Fies e no Prouni, que alcançaram aproximadamente R\$ 26 bilhões, em 2017, foram reduzidos para R\$9,1 bilhões em 2020, uma diminuição de 65% no período (Reis e Macario, 2022). Como resultado mais imediato, enquanto em 2016, o total de ingressantes em cursos presenciais na educação superior privada foi de 1.638.293, em 2022, caiu para 1.198.819.

A diminuição do financiamento público do Fies e Prouni foi apenas uma pedra no caminho momentânea para as empresas de educação superior. A pandemia de Covid-19, que requereu medidas sanitárias de isolamento, tornou-se um campo de possibilidades para intensificação e maximização de lucros das IES privadas. Assim, a flexibilização regulatória e decisões que fortaleceram interesses empresariais no campo educacional contribuíram para isso, especialmente para o crescimento do ensino a distância (EaD). Segundo dados de 2025 do Inep, entre 2016 e 2022, as vagas ofertadas na iniciativa privada (com e sem fins lucrativos) passaram de 9.925.057 para 21.959.606. Por sua vez, os ingressantes nas instituições com fins lucrativos no período passaram de 1.527.222 (2016) para 3.528.021 (2022). Entre todas as instituições privadas (com ou sem fins lucrativos), a modalidade EaD passou de 818.691 (2016) para 3.032.618 (2022) ingressantes. Esses dados indicam um deslocamento do ingresso da educação superior privada presencial para o modelo a distância, que apresenta menores custos operacionais e maior rentabilidade para os grupos educacionais privados.

A combinação entre pandemia, decisões administrativas e orientações ultraconservadoras na condução da política educacional culminou com a queda na



participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em 2021, o exame registrou apenas 3,1 milhões de inscritos, o menor número desde 2005 (Prado, 2021). A retração foi agravada pela instabilidade no Inep e pela manutenção rígida das regras de isenção da taxa, que exclui milhões de candidatos de baixa renda. O impacto foi maior entre estudantes vulneráveis, indicando risco de retrocesso na democratização do acesso ao ensino superior.

Um dos principais efeitos diretos dessas medidas foi a expansão contingenciada das universidades públicas. Entre 2016 a 2022 foram criadas 5 novas universidades federais: Universidade Federal de Jataí (UGJ); Universidade Federal do Agreste Pernambucano (UFAPE); Universidade Federal de Rondonópolis (UFR); Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR); e Universidade Federal do Catalão (UFCAT). No mesmo período, foram criados 118 novos cursos e 35.174 novas vagas. Porém, o ingresso não acompanhou essa expansão moderada de vagas. Em 2016, foram 283.914 ingressantes, passando para 252.743 em 2022 (INEP, 2024).

Ao mesmo tempo, observou-se o estrangulamento orçamentário das universidades públicas. A adoção de políticas de austeridade fiscal, especialmente após a EC nº 95/2016, reduziu significativamente os recursos destinados ao custeio e investimentos na área de ciência e tecnologia, assim como para a Política de Permanência Estudantil.

CONCLUSÕES

O ultraneoliberalismo no Brasil tem operado por meio de múltiplos mecanismos — fiscais, institucionais e ideológicos — que reconfiguram o sistema de educação superior. Enquanto o setor privado, especialmente na modalidade EaD, amplia sua participação no acesso à educação superior, as universidades federais enfrentam restrições orçamentárias, ofensivas políticas e desafios para manter sua centralidade no processo de democratização do ensino superior. Esse movimento aponta para uma crescente mercantilização da educação superior e para a redefinição do papel da universidade pública no desenvolvimento científico e social do país.

REFERÊNCIAS



BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, valor e política social.** 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Dardot e Laval: a “nova” fase do neoliberalismo.** Combate ao Racismo Ambiental, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/07/30/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 06 fev. 2026.

FONTES, Virgínia. Prefácio na tragédia da pandemia. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo.** Uberlândia: Navegando Publicações, p. 11-17, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Painel de Estatísticas do Censo da Educação Superior.** Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 7 mar. 2026.

PAULANI, Leda. *Dois anos de desgoverno — três vezes destruição.* Blog da Boitempo, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/01/21/leda-paulani-dois-anos-de-desgoverno-tres-vezes-destruicao/>. Acesso em: 21 fev 2026.

PRADO, Mateus. **Menos isentos e inscritos, mais barato: o que os números dizem sobre o Enem.** UOL Educação, São Paulo, 31 jul. 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/07/31/menos-isentos-e-inscritos-mais-barato-o-que-os-numeros-dizem-sobre-o-enem.htm>. Acesso em: 12 mar. 2026.

REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Epitácio. **Fundo Público em disputa: gastos orçamentários do governo central com a dívida pública, com as universidades federais e com a ciência e tecnologia no Brasil (2003–2020).** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 30, n. 33, p. 1-30, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6629>. Acesso em: 09 mar. 2026.

